



EDITORIAL



FORTE
PAGO

Universidade da Europa na futura C. E. E. (Comunidade Educacional Europeia)

A Universidade Portuguesa (está a) terá de sofrer uma forte mutação. Primeiramente, para sobreviver com dignidade. Depois para exercer o papel de motor do progresso social, função que lhe cabe por vocação na inevitável mudança estrutural do País. Tais inovações são previsíveis (indispensáveis) na área das ciências e tecnologias.

As engenharias (clássicas e modernas) já apontam novos objectivos, interligando a Universidade com a Indústria, através de contratos de investigação e desenvolvimento comuns, nos quais estão interessadas ambas as partes. Contam-se diversos projectos concretos em curso, que afirmam a mudança de atitude (política) dos gestores e empresários para com as disponibilidades humanas e materiais nos potenciais universitários.

As novas tecnologias, que as indústrias têm de abarcar (só) podem ser veiculadas pelos doutorados e doutorandos em ciências e tecnologias. Já existe quem tenha estabelecido mecanismos institucionais que permitem realizar essa interpenetração, embora haja ainda muito a fazer.

Há bem pouco tempo assistimos ao acto solene (felizmente com solenidade informal) da assinatura de contratos de investigação entre o Ministério da Indústria e Energia, a Universidade Nova de Lisboa e o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, sobre materiais fotovoltaicos, electretos, robótica e inteligência artificial, no valor global de 150 mil contos. Verbas deste quilate nada têm a ver com pontos de vista habituais (prosseguidos amargamente durante largas gerações). E tal acção não se apresenta única nem pontual: promovem-se investimentos equivalentes em diferentes áreas, contemplando outras instituições de investigação mais ou menos ligadas às estruturas universitárias, como EID, INESC e Universidades do Porto, Coimbra, Aveiro, Minho e I.S.T., para referir tão somente alguns exemplos relacionados com a energia e a electrónica.

A dinamização desta perspectiva pelas entidades governamentais, nomeadamente no âmbito da electricidade, energia e electrónica (Ministério da Indústria e Energia ou Secretaria de Estado das Comunicações), enriquece a preparação do futuro, pelo fortalecimento das ligações entre investigadores e industriais. Ao mesmo tempo, como efeito retroactivo bidireccional, as empresas e as escolas serão modernizadas ao nível rejuvenescedor que a Sociedade aspira. Mas outro efeito, menos evidente, deve ser acentuado: a inserção da Universidade Portuguesa na Europa.

Com a entrada de Portugal na C.E.E. (Comunidade Económica Europeia) não são apenas as estruturas produtivas que levantam preocupações: para além de outras áreas sensíveis, o ensino merece prioridade ao mais alto grau. Entre todas as suas facetas (formação profissional a vários níveis) a educação universitária aparece com enormes desequilíbrios, requerendo profundas reformulações.

Após a integração económica de Portugal no velho Continente seguir-se-á a integração na Comunidade Educacional Europeia. O princípio de abertura das fronteiras a professores e alunos ou cientistas e investigadores irá motivar uma autêntica Universidade da Europa, disseminada por todos os países europeus. O intercâmbio entre instituições universitárias vai ser facilitado, e se não forem criadas condições para manter esse movimento (perpétuo) tudo ruirá no descrédito e obsolescência. Uma condição básica reside na massa cinzenta incorporada nas universidades; outra consiste na disponibilidade financeira que alimenta essa massa cinzenta na produção de novos saberes. Daí que os contratos de investigação e desenvolvimento englobando indústrias inovadoras sejam um passo certo no caminho para a Universidade da Europa.

Hermínio Duarte-Ramos